

Câmara vê explosão de projetos para combater violência contra mulheres

Em 5 meses, atual legislatura soma ao menos 145 iniciativas; anterior propôs 50 no primeiro ano

(Folha de S. Paulo, 07/07/2019 - acesse no site de origem)

A quantidade de projetos de lei que tratam da [violência contra a mulher](#) apresentados na Câmara dos Deputados saltou neste ano em comparação com 2015, primeiro ano da legislatura passada. Até o início de julho, foram ao menos 145 sobre o tema na Casa. Em todo o ano de 2015, foram em torno de 50.

Também foi registrado aumento de textos em relação a 2018, ano eleitoral, quando foram apresentados 35 projetos.

Para realizar a pesquisa no site da Câmara, foram utilizadas cinco palavras ou expressões: “violência mulher”, “violência sexual”, “assédio sexual”, “Maria da Penha” e [feminicídio](#). Foram considerados todos os projetos apresentados, em tramitação ou não.

A visibilidade que o tema ganhou nos últimos anos, o fato de mobilizar tanto deputados conservadores quanto progressistas e o [aumento na quantidade de parlamentares mulheres](#) são fatores que ajudam a explicar o crescimento, segundo especialistas.

A [proibição da nomeação](#) e a exoneração de agressores para cargos públicos foi um dos temas mais explorados pelos atuais parlamentares.

“Mostra que o perfil do homem que agride já não é aceito socialmente”, diz Fabíola Sucasas, promotora da Promotoria de Enfrentamento à Violência Doméstica do Ministério Público de São Paulo.

Outra penalização sugerida por deputados é a [apreensão da arma de fogo](#) do agressor. Um dos projetos do tipo, que altera a Lei Maria da Penha, foi [aprovado na última quarta \(3\) em comissão do Senado](#).

Parlamentares também buscam aumentar a pena para crimes como feminicídio e estupro. Um dos projetos prevê pena maior se o crime sexual for cometido por um líder religioso, na esteira de escândalos envolvendo [João de Deus](#) e [Prem Baba](#).

Ainda no âmbito penal, há textos que querem criminalizar condutas como o [“stalking”](#) (perseguição física ou online). Outro quer considerar violências psicológicas como crime de tortura.

Tratar problemas sociais pelo direito penal costuma ser “o caminho mais fácil” para parlamentares, diz a advogada Gabriela Biazi, da Rede Feminista de Juristas, para quem o mecanismo é limitado.

Para Sucasas, violência doméstica não pode ser enfrentada só com ideias policiais, mas

criminalizar alguns atos pode ser interessante.

Os agressores podem ser condenados a arcar com as despesas médicas da vítima. É o que pede um projeto que sugere utilizar o FGTS do criminoso para isso.

Outros parlamentares focam a prevenção da violência de gênero. Alguns defendem que o controle da venda de ácido pode ajudar na tarefa.

A defesa pessoal feminina seria mais uma alternativa. Uma proposta quer regulamentar a venda do spray de pimenta. Outra propõe aulas semanais de luta corporal nas escolas para meninas.

[Casas de shows e restaurantes](#) poderão ser responsáveis por evitar crimes, disponibilizando um funcionário para acompanhar mulheres em situação de risco até a saída ou à delegacia, solicita um projeto.

Condomínios também estão na mira. Após o caso de [Elaine Caparroz](#), espancada por quatro horas em casa, um projeto pede que prédios comuniquem a órgãos de segurança suspeitas de violência.

O Brasil tem a quinta maior taxa de feminicídios (assassinato de uma mulher por motivo ligado a seu gênero, como ciúme), segundo a Organização Mundial da Saúde: 4,8 para cada 100 mil mulheres. [Pesquisa do Datafolha](#) mostrou que cerca de 16 milhões de mulheres com mais de 16 anos foram vítimas de algum tipo de violência em 2018.

A maior visibilidade do tema foi motivada pela legitimidade que o assunto ganhou desde a década de 1980, época em que mulheres se engajaram na campanha “Quem ama, não mata”, diz Flávia Biroli, cientista política da UnB (Universidade de Brasília), e pelo maior registro e monitoramento das ocorrências.

A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, também lançou mais luz à questão, afirma a advogada Myllena Calazans.

O assunto ganhou tanta relevância que uniu esquerda e direita, apesar de as propostas seguirem vias diferentes. “É o tema que gera menos conflitos para quem quer se mostrar comprometido com os direitos das mulheres”, diz Biroli.

Se [direitos reprodutivos](#) e políticos causam polêmica, projetos sobre violência contra a mulher têm boa receptividade na Câmara e não costumam emperrar, diz a deputada Professora Dorinha (DEM-TO), líder da bancada feminina na Casa.

Mas isso não impede que haja críticas e que parlamentares tenham “visões equivocadas”, diz ela. Em maio, por exemplo, um deputado sugeriu que uma mulher que anda com “sainha” e “decote” assume o risco de ser estuprada.

A deputada afirma que a bancada fará uma triagem para definir prioridades nos próximos meses —embora heterogêneo, o grupo coincide em propostas sobre o tema.

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara, Luísa Canziani (PTB-PR) diz que o desafio é equilibrar as opiniões polarizadas sobre direitos femininos para construir consensos.

A maior parte das propostas, neste ano e em anteriores, foi apresentada por homens, reflexo de um Congresso majoritariamente masculino.

Mas o aumento na bancada feminina da Câmara, a maior da história, com 77 parlamentares, pode ter gerado reflexos na atividade legislativa: em 2019, cerca de 50 projetos que tratam da violência de gênero foram assinados por mulheres, ante 20 em 2015, quando a legislatura tinha 51 mulheres.

As propostas dividem especialistas. Para Sucasas, em vez de projetos difusos, o ideal seria criar um código de defesa da mulher que compilasse direitos femininos e outros tipos de violência além da doméstica. “Leis esparsas dificultam a compreensão dos direitos.”

Para Calazans, o Legislativo deveria aportar mais recursos e fiscalizar as medidas que já existem. “A Lei Maria da Penha é completa no âmbito da assistência, prevenção e coibição. Falta se tornar realidade.”

Biazi, por sua vez, vê necessidade de o poder público criar estratégias perenes de prevenção e mudança cultural.

PROJETOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

- **Veto à nomeação de agressor para cargos públicos:** Proibição da indicação de condenados pela Lei Maria da Penha para cargos comissionados e de confiança é tema de ao menos 15 projetos
- **Pena mais dura:** Penas mais severas para quem cometer atos violentos, tais como feminicídio e estupro, e descumprir medidas protetivas
- **Criminalização de atos:** Propostas pedem para transformar a perseguição obsessiva, o “stalking”, e o ato de fotografar uma mulher por baixo da saia em crime
- **Arma apreendida:** Deputados sugerem que agressores tenham armas recolhidas por agentes públicos. Outro projeto quer controlar a venda de ácidos
- **Custeio de despesas:** Medidas sugerem que agressores deve ficar encarregado de despesas médicas e outros custos decorrentes da violência, até com ajuda do FGTS
- **Cota para vítima:** Deputados pedem prioridade para mulheres em situação de violência em vagas de trabalho, programas sociais de acesso à moradia, creches e na fila de cirurgias do SUS
- **Prevenção à violência:** Aulas de luta corporal para estudantes, a regulamentação da venda de spray de pimenta para mulheres e a possibilidade de passageiras saltarem fora do ponto de ônibus são sugestões
- **Tecnologia de segurança:** Implantação de aplicativo para fiscalizar condições de vítimas de violência e a obrigatoriedade de empresas de telefonia fabricarem aparelhos com ferramenta para acionar polícia
- **Data de conscientização:** Estabelecer dias de combate ao feminicídio e de prevenção ao assédio moral e sexual

Por Júlia Zaremba